

11 O OUT 1988

Nova jornada não é respeitada

Elané Maciel

Todos sabem que a nova Constituição determina jornada de trabalho semanal de 44 horas, mas funcionários de postos de gasolina e farmácias que ficam abertos 24 horas ainda não foram informados pela direção das empresas sobre o que irá ocorrer. Esses setores, normalmente, já funcionam com três turnos, e assim, os empregados trabalham oito horas diárias e, conseqüentemente, 48 horas na semana. "Tá lá escrito bonitinho no papel, mas a prática é outra", diz um funcionário de um posto de gasolina, em Copacabana, no Rio, que não quis se identificar para não perder o emprego, revelando que nada mudou desde a promulgação da Constituição, no dia 5.

O presidente da rede de postos Itaipava — que conta com 48 postos no Rio/São Paulo e 2.000 funcionários —, Richardson Valle, afirma que, desde o último dia 5, promoveu reforma escalonando o horário de entrada dos empregados para poder cumprir a determinação da Constituição. "Levamos um mês estudando e avaliando como iríamos proceder, para não deixar o cliente em falta", assegura ele. "Mesmo assim teremos que aumentar o nosso contingente de pessoal em 20%, contratando mais 400 pessoas".

Apesar disso, ontem, os empregados do posto

Itaipava, no Corte do Cantagato, afirmavam que não sabiam dessa alteração e mostravam a papeleta de horário de entrada e saída, assinada por eles, onde estavam anotadas a turma que entrou às 6 h e largou às 14 h, a que pegou nesse horário e iria até às 22 h, quando então entraria outra turma até às 6 h. "Não ganhamos nem hora extra pelos feriados trabalhados que é um direito adquirido há muito tempo. Imagine se vão pagar, agora, só porque a Constituição determina", reclama o desconfiado empregado do posto Itaipava.

A situação é a mesma em outros postos de gasolina que abrem 24 horas no Rio. Um frentista de um posto em Copacabana, que ganha Cz\$ 8.000 por semana, também afirma que o patrão ainda não disse como fará para cumprir a determinação da Constituição. "Pode ser que mude alguma coisa, mas até agora não sabemos de nada", diz ele. "Acho até que tudo vai ser anotado direito para mostrar à fiscalização, mas a nossa situação continuará a mesma. O que é lamentável." Para ele, se fosse cumprido à risca o que manda a lei, os patrões seriam obrigados a contratar mais pessoas, aumentando o mercado de trabalho.

Farmácia — A cadeia de farmácias Piauí, aberta 24 horas, também ainda não comunicou se pagará hora extra, ou irá diminuir a jornada de trabalho dos três turnos. "Eles devem nos comuni-

car na próxima semana", arrisca um empregado da Piauí, no Leblon. "Mas eu não gostaria que reduzissem a jornada, porque é atrás do balcão que consigo faturar as comissões dos laboratórios", continua ele, afirmando que consegue aumentar a renda familiar com essas comissões que, invariavelmente, são maiores do que o próprio salário. Ele revela um fato que todos os laboratórios negam: o pagamento de comissões a balconistas de farmácias para que eles indiquem aos clientes os produtos. A comissão varia de 10% a 20% do preço do remédio, dependendo do laboratório.

Inalterada — Para as redes de lanchonetes Bob's e McDonald's que normalmente funcionam de 7h à 1h, nada mudou. Isso porque as empresas já adotam a política de jornada de 36 horas semanais para seus funcionários. "Com seis horas diárias o funcionário rende melhor. Mais do que isso, corremos o risco dele não aguentar atender bem aos clientes", argumenta Rogério Ramos, diretor-superintendente do Bob's, que tem 42 lojas no Rio/São Paulo e 3.500 empregados. Por isso mesmo, tanto o Bob's quanto o McDonald's preferem contratar estudantes, na faixa de 18 a 23 anos. "Sempre foi a nossa filosofia ter mais pessoas trabalhando por menos horas. Só assim o atendimento ao cliente é satisfatório", finaliza Peter Rodenbeck, presidente da rede McDonald's no Brasil, que tem 38 lojas.